

# CADERNO DE ENCARGOS

## CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt  
www.cm-ilhavo.pt  
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

**Empreitada de**  
**“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR**  
**JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”**

**\*julho de 2024\***

# ÍNDICE

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
1. Objeto, âmbito e definições.....	4
2. Documentos que integram o Caderno de Encargos .....	4
3. Disposições que regem a execução da empreitada .....	4
4. Regras de interpretação dos documentos que regem a empreitada .....	5
5. Agrupamentos .....	6
6. Subcontratação e cessão de posição contratual.....	6
7. Publicidade .....	6
8. Confidencialidade .....	7
9. Tratamento de dados pessoais .....	7
10. Resolução .....	8
11. Caso fortuito ou de força maior .....	9
12. Foro competente .....	9
CAPÍTULO II: CONTRATO DE EMPREITADA .....	9
13. Caução .....	9
14. Seguros .....	9
15. Contrato .....	11
CAPÍTULO III: PLANEAMENTO DOS TRABALHOS .....	11
16. Informações preliminares sobre o local da obra .....	11
17. Plano de segurança e saúde para a execução da obra.....	11
18. Consignação da obra .....	12
19. Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro .....	12
20. Preparação e planeamento dos trabalhos .....	13
CAPÍTULO IV: TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS.....	14
21. Disposições gerais .....	14
22. Locais e instalações, cedidos para implantação e exploração do estaleiro.....	16
23. Redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações .....	16
24. Equipamento .....	16
25. Painéis indicativos da obra .....	17
26. Trabalhos de proteção e segurança .....	17
27. Demolições e esgotos .....	17
28. Implantação e piquetagem .....	18
CAPÍTULO V: CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	18
29. Projeto de execução .....	18
30. Trabalhos complementares.....	18
31. Patentamento do projeto e demais documentos no local dos trabalhos.....	19
32. Execução dos trabalhos .....	19
33. Plano de trabalhos detalhado .....	20
34. Incumprimento do plano de trabalhos .....	21
35. Subempreitadas .....	21
36. Atos e direitos de terceiros.....	22
37. Outros encargos do Cocontratante .....	22
CAPÍTULO VI: MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO .....	23

38.	Características dos materiais e elementos de construção.....	23
39.	Amostras padrão .....	24
40.	Lotes, amostras e ensaios .....	25
41.	Aprovação dos materiais e elementos de construção .....	26
42.	Casos especiais .....	27
43.	Patentes, licenças, marcas de fabrico e desenhos registados .....	27
44.	Depósito e armazenagem de materiais ou elementos de construção .....	28
45.	Remoção de materiais ou elementos de construção .....	28
CAPÍTULO VII: PESSOAL.....		29
46.	Disposições gerais .....	29
47.	Horário de trabalho .....	29
48.	Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	30
49.	Projetos de investigação e desenvolvimento .....	31
CAPÍTULO VIII: DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E PRAZO DE EXECUÇÃO .....		31
50.	Execução da obra e funcionamento da escola .....	31
51.	Prazo de execução da empreitada .....	32
52.	Prorrogação do prazo de execução da empreitada .....	32
53.	Modificações objetivas do contrato .....	33
54.	Incumprimento e sanções por violação dos prazos contratuais .....	33
55.	Prémios .....	34
CAPÍTULO IX: PREÇO BASE, REGIME DE PREÇOS DA EMPREITADA, MEDIÇÕES DOS TRABALHOS, FATURAÇÃO E PAGAMENTOS .....		34
56.	Preço base da empreitada .....	34
57.	Regime de preços da empreitada e medições de trabalhos .....	34
58.	Faturação e pagamentos .....	34
59.	Deduções nos pagamentos .....	35
60.	Mora no pagamento .....	35
61.	Revisão de preços do contrato .....	35
62.	Adiantamentos ao cocontratante .....	36
CAPÍTULO X: DIREÇÃO DE OBRA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLO .....		36
63.	Direção de obra e representante do Empreiteiro .....	36
64.	Representantes da fiscalização .....	37
65.	Custo da fiscalização .....	38
66.	Livro de registo da obra .....	38
67.	Reuniões de obra .....	38
CAPÍTULO XI: RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA .....		39
68.	Compilação técnica .....	39
69.	Receção provisória .....	39
70.	Prazo de garantia .....	39
71.	Obrigações do Cocontratante durante o prazo de garantia .....	40
72.	Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução .....	40
73.	Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante .....	41

## CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. Objeto, âmbito e definições

- 1.1. O presente Caderno de Encargos aplica-se à empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”**.
- 1.2. A suprarreferida empreitada cuja natureza predominante é “obra de edifícios” encontra-se classificada na categoria I, conforme disposto no artigo 11.º e o Anexo II da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, correspondendo à classe 7 de habilitação, nos termos do artigo 1.º da Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto.
- 1.3. Nos termos do n.º 5 do artigo 36.º do CCP, o projeto de execução a que se refere a presente empreitada tem parecer favorável da DGEstE e candidatura ao PRR aprovada, cujo Termo de Aceitação foi assinado em 21/06/2024.
- 1.4. Para efeitos do presente Caderno de Encargos, entende-se por:
  - a) Dono da Obra: Município de Ílhavo;
  - b) Cocontratante ou Empreiteiro: Entidade com quem, sendo-lhe adjudicada a empreitada, será celebrado o contrato a que este Caderno de Encargos diz respeito;
  - c) Fiscalização: Entidade que representa o Município de Ílhavo na fiscalização dos trabalhos realizados pelo Empreiteiro.

### 2. Documentos que integram o Caderno de Encargos

- 2.1. Integram o Caderno de Encargos os seguintes documentos:
  - a) Projeto de execução;
  - b) Mapa de quantidades de trabalhos;
  - c) Declaração de compromisso de confidencialidade.

### 3. Disposições que regem a execução da empreitada

- 3.1. Na execução dos trabalhos e fornecimentos abrangidos pela presente empreitada observar-se-ão:
  - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) O Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - c) A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que aprova o novo regime da atividade da construção e regula as atividades de empreiteiro de obras públicas e particulares, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;
  - d) A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que estabelece o regime jurídico da qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;
  - e) O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e legislação complementar;
  - f) O Decreto n.º 41821, de 11 de agosto de 1958 (Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil), até à entrada em vigor do novo Regulamento de Segurança para os Estaleiros da Construção, previsto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;

- g) A Portaria n.º 101/96, de 3 de abril, até à entrada em vigor do novo Regulamento de Segurança para os Estaleiros da Construção, previsto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- h) O Decreto n.º 46427, de 10 de julho de 1965 (Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras);
- i) O Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual;
- j) Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro e legislação complementar;
- k) O Despacho Normativo n.º 9/2014, de 31 de julho;
- l) A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
- m) A Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto;
- n) A restante legislação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, ao desemprego, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- o) As regras da arte.

3.2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, para além do clausulado contratual, independentemente, da sua redução a escrito e, sem prejuízo, do disposto no n.º 5 do artigo 96.º do CCP:

- a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do artigo 50.º do CCP;
- b) Os esclarecimentos, as alterações e as retificações relativas ao presente Caderno de Encargos, nos termos do artigo 50.º do CCP;
- c) O presente Caderno de Encargos, com todas as peças que o constituem;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
- f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

3.3. Os diplomas legais e regulamentares referidos na cláusula 3.1 serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais se o respetivo regime não tiver sido alterado pelo presente Caderno de Encargos, pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

3.4. A Fiscalização pode, em qualquer momento, exigir do Empreiteiro a comprovação do cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis.

#### 4. Regras de interpretação dos documentos que regem a empreitada

- 4.1. Em caso de divergência entre os documentos que se consideram integrados no contrato, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados na cláusula 3.2.
- 4.2. Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula 3.2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
- 4.3. Nos casos de conflito entre este Caderno de Encargos e o Projeto de Execução prevalecerá o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

- 4.4. Se no projeto existirem divergências entre os vários elementos da solução de obra e não for possível solucioná-las pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão nos seguintes termos, sem prejuízo do regime de erros e omissões:
- a) As peças desenhadas prevalecerão sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
  - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas de quantidades de trabalhos prevalecerão sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos;
  - c) Em tudo o mais prevalecerá o que constar da memória descritiva e restantes peças do projeto.
- 4.5. As dúvidas que o Cocontratante tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada, devem ser submetidas ao Diretor de Fiscalização pelo Diretor da Obra com a antecedência necessária ao não comprometimento da preparação, ou início da execução dos trabalhos, sobre os quais recaem as dúvidas.
- 4.6. Para efeitos do disposto no número anterior presume-se que a antecedência mínima necessária será de 60 (sessenta) dias de calendário, antes da data de início da execução dos respetivos trabalhos ou da encomenda dos materiais ou equipamentos.
- 4.7. As dúvidas que surjam após o início da execução dos trabalhos, exclusivamente, em consequência de dados apenas cognoscíveis após o início da mencionada execução, deverão ser submetidas, de imediato, ao Diretor de Fiscalização, acompanhadas de memória descritiva da situação encontrada, a qual deverá incluir a fundamentação quanto à impossibilidade de antecipação das dúvidas.
- 4.8. A falta de cumprimento do disposto na cláusula anterior torna o Cocontratante responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

## 5. Agrupamentos

Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento ou consórcio depende de prévia autorização por escrito ao Município de Ílhavo e à verificação do cumprimento das condições de habilitação legalmente exigidas.

## 6. Subcontratação e cessão de posição contratual

- 6.1. A cessão de posição contratual (incluindo a cessão de créditos) e a subcontratação estão sujeitas a autorização prévia do Município de Ílhavo, nos termos do disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 6.2. Em caso de subcontratação o Cocontratante deverá garantir o cumprimento, pelo subcontratado do previsto na cláusula 9, referente a tratamento de dados pessoais.

## 7. Publicidade

O Cocontratante não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização do Município de Ílhavo.

## 8. Confidencialidade

O Cocontratante, incluindo os seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados e trabalhadores destes, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato mesmo após o seu termo, por qualquer motivo.

## 9. Tratamento de dados pessoais

- 9.1. O tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento e do contrato objeto do mesmo será feito tendo em vista o cumprimento das obrigações legais relativas à formação e execução de contratos públicos, em estrito cumprimento das normas aplicáveis.
- 9.2. O Cocontratante assume-se como subcontratante para efeitos do artigo 28.º do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), uma vez que se obriga ao tratamento de dados pessoais, a que terá acesso, em nome do Município de Ílhavo, sendo responsável por garantir o cumprimento do referido Regulamento, nomeadamente o previsto no n.º 3 do artigo 28.º, bem como o cumprimento de demais legislação em vigor referente à proteção de dados pessoais.
- 9.3. Na qualidade de subcontratante, o Contratante obriga-se a nomear o encarregado de proteção de dados ou, na ausência deste, um responsável pela proteção de dados, que assume as funções descritas no artigo 39.º do RGPD e outras impostas pelas obrigações decorrentes da adjudicação.
- 9.4. O Município de Ílhavo, na qualidade de “responsável pelo tratamento de dados”, na aceção do ponto 7) do artigo 4.º do RGPD, pode, a todo o tempo, solicitar informação e documentação de forma a verificar o cumprimento daquele Regulamento, obrigando-se igualmente o Cocontratante a prestar a assistência necessária no sentido de ser assegurado o referido cumprimento.
- 9.5. Serão alvo de tratamento pelo Cocontratante, na aceção ponto 2) do artigo 4.º do RGPD e nos estritos termos da legislação aplicável, os dados pessoais com origem em toda e qualquer entidade com quem interaja em virtude da execução do contrato, designadamente, de fornecedores, subempreiteiros ou outros prestadores de serviços do Cocontratante, bem como, se for o caso, de colaboradores da Fiscalização ou do Município de Ílhavo e ainda de outras pessoas que acedam à zona de obra/estaleiro.
- 9.6. Para os efeitos do número anterior, o Cocontratante deve estabelecer, com os seus fornecedores, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione, as devidas medidas tendentes ao tratamento dos respetivos dados, designadamente por via contratual.
- 9.7. No âmbito das obrigações estabelecidas no ponto anterior, deve o Cocontratante veicular, junto dos respetivos titulares, a informação relativa ao tratamento dos seus dados por parte do responsável pelo tratamento de dados (Município de Ílhavo), tendo em vista a execução do contrato objeto do presente procedimento.
- 9.8. O tratamento acima referido limita-se às ações de recolha e conservação dos dados imprescindíveis para efeitos do cumprimento do presente contrato e concessão de acesso aos titulares, ficando proibida a transmissão de quaisquer dados, salvo prévia e expressa autorização do Município de Ílhavo.
- 9.9. O Cocontratante assume a obrigação de avaliar o nível de segurança apropriado ao tratamento das categorias de dados recolhidos, juntamente com o responsável de proteção

de dados, no sentido de garantir, nos termos do artigo 32.º do RGPD, a capacidade técnica e organizativa adequada a assegurar, designadamente, a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento de dados, bem como o restabelecimento, a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais, de forma atempada, no caso de um incidente físico ou técnico, conforme com os requisitos do referido regulamento.

9.10. Compete ao Cocontratante, a obrigação de manter um registo das atividades de tratamento de dados por si realizados ou pelos recursos humanos por si mobilizados para a execução do contrato, nos termos e para os efeitos do artigo 30.º do RGPD.

9.11. Com o início do contrato, ou sempre que haja alterações na equipa, o Cocontratante deve apresentar:

a) Listagem nominativa dos trabalhadores a afetar ao contrato e autorizados a tratar os dados pessoais recolhidos, bem como do encarregado da proteção de dados ou pessoa responsável equivalente;

b) Declaração de compromisso de confidencialidade assinada por cada um dos trabalhadores indicados na alínea anterior, conforme minuta em anexo.

9.12. O Cocontratante compromete-se a colaborar, prontamente, com o Município de Ílhavo sempre que tal se mostre necessário para garantir o cumprimento de qualquer obrigação decorrente do RGPD e demais legislação aplicável, competindo-lhe, designadamente, comunicar, de imediato, qualquer risco de violação dos dados a que tem acesso, se for o caso, ou violação efetiva de dados pessoais, para efeitos do artigo 34.º do RGPD.

9.13. É legalmente proibida a produção de cópias dos dados obtidos, só podendo ser admitida com o prévio conhecimento do Município de Ílhavo, para efeitos da legislação processual penal.

A extinção do contrato implica a eliminação de todos os dados (e eventuais cópias) acima referidos que não devam ser mantidos para efeitos do cumprimento de outras obrigações legais, nomeadamente as fiscais, após prévia comunicação ao Município de Ílhavo.

## 10. Resolução

10.1. Sem prejuízo do referido nos números seguintes, o Município de Ílhavo poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Cocontratante nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 405.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

10.2. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior não retira o direito ao Município de Ílhavo de vir a ser ressarcido pelos prejuízos que lhe advierem do incumprimento do Cocontratante e da resolução do contrato.

10.3. Em caso de resolução do contrato por parte do Município de Ílhavo, ficarão automaticamente retidas e em seu poder todas as importâncias que esta deva ao Cocontratante por trabalhos executados ou que estejam em seu poder, como garantia até ao apuramento da responsabilidade do Cocontratante.

10.4. Em caso de resolução do contrato e logo que esteja fixada a responsabilidade do Cocontratante será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida, ou por execução das cauções prestadas.



- 10.5. O Município de Ílhavo, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos, total ou parcialmente, o contrato com o Cocontratante.
- 10.6. O Cocontratante, sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, pode resolver o contrato nos termos do disposto no artigo 332.º e 406.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 11. Caso fortuito ou de força maior

- 11.1. Ocorrendo caso fortuito ou de força maior nenhuma das partes tem de indemnizar a outra dos prejuízos sofridos, quer a título de danos emergentes quer por lucros cessantes.
- 11.2. Em caso fortuito ou de força maior a parte atingida notificará, imediatamente, por escrito, a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que as partes, em colaboração, procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos.
- 11.3. Se a parte afetada assim não proceder, não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido, também, de solicitar oportunamente o apuramento do facto.

#### 12. Foro competente

Para dirimir todas as questões ou litígios emergentes do presente contrato será competente o Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

### CAPÍTULO II: CONTRATO DE EMPREITADA

#### 13. Caução

- 13.1. Durante a execução do contrato haverá reforço da caução apresentada nos termos do artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, deduzindo-se 5% (cinco por cento) do valor de cada pagamento parcial efetuado.
- 13.2. O Município de Ílhavo, poderá recorrer à caução, independentemente de decisão judicial, sem interferência do adjudicatário, sem necessidade de justificar o pedido e sem que possam ser invocados por aquele, quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato ou com o cumprimento das obrigações que o adjudicatário assume com a celebração do mesmo.
- 13.3. A caução será liberada nos termos do disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 14. Seguros

- 14.1. O Cocontratante fica obrigado a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, um seguro de responsabilidade civil geral de exploração/construção, cuja apólice garanta o pagamento das indemnizações emergentes de responsabilidade civil extracontratual legalmente imputável ao Empreiteiro, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros em consequência de atos ou omissões do Segurado, bem como dos seus empregados, assalariados ou mandatários e dos subempreiteiros, na execução dos trabalhos objeto do contrato a celebrar, com o limite mínimo de 500.000,00 €

por sinistro e período seguro. As garantias desta apólice devem abranger o Município de Ílhavo na qualidade de terceiro.

- 14.2. O Diretor de Obra, responsável pela execução da empreitada, deve ser tomador de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, destinado a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, imputados a si ou a empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente afetas à atividade do segurado, incluindo pessoas cuja função seja da sua responsabilidade assegurar, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
- 14.3. O Cocontratante obriga-se manter em vigor as apólices dos seguros necessários à cobertura de riscos por acidentes de trabalho que abranjam todo o pessoal afeto à obra, devendo certificar-se da existência de seguros em vigor das entidades subcontratadas ou de qualquer entidade com quem tenha contratado no âmbito dos trabalhos da empreitada, sem os quais, não pode permitir que o pessoal dessas entidades seja utilizado nos trabalhos.
- 14.4. O Cocontratante obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontra segurado. O capital seguro não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).
- 14.5. O Cocontratante obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios. No caso dos bens imóveis a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.
- 14.6. O Cocontratante obriga-se a manter as apólices de seguro referidas nas alíneas anteriores válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
- 14.7. O Município de Ílhavo pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
- 14.8. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do Cocontratante e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 14.9. Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Cocontratante perante o Município de Ílhavo e perante a lei.

- 14.10. Em caso de incumprimento por parte do Cocontratante das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

#### 15. Contrato

O contrato será celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados desde a data da aceitação da minuta, ou da decisão sobre a sua reclamação, respeitando-se em todo o caso, o disposto no artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

### CAPÍTULO III: PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

#### 16. Informações preliminares sobre o local da obra

Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, deve o Cocontratante inteirar-se, localmente, das condições aparentes de realização dos trabalhos, referentes à empreitada, antes da apresentação da proposta, sendo da sua inteira e exclusiva responsabilidade qualquer consequência decorrente do desconhecimento das mencionadas condições aparentes.

#### 17. Plano de segurança e saúde para a execução da obra

- 17.1. Ao Cocontratante compete o desenvolvimento para a execução da empreitada do plano de segurança e saúde em projeto, que constitui parte integrante das peças do procedimento.
- 17.2. Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, o Cocontratante entregará ao Dono da Obra o plano de segurança e saúde para a execução da empreitada no prazo a indicar pelo Dono da Obra, a contar da data da assinatura do contrato, de modo a que aquele possa ser validado do ponto de vista técnico pelo coordenador da segurança em obra e, em sequência, aprovado pelo Dono da Obra, e feita a respetiva comunicação ao Cocontratante.
- 17.3. O desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde para a execução da obra deve integrar a análise e complementação das medidas previstas no plano do projeto, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo Cocontratante. O documento deverá conter a avaliação dos riscos, a previsão dos meios adequados à prevenção de acidentes relativamente a todos os trabalhadores e ao público em geral, bem como a planificação das atividades de prevenção, de acordo com as técnicas construtivas a utilizar em obra.
- 17.4. Conforme o estipulado no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, o prazo fixado no contrato para a execução da obra não começa a correr antes que o dono da obra comunique à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde.
- 17.5. A elaboração deste documento de carácter geral não prejudica a obrigação de, antes de executar qualquer trabalho que haja que executar, o Cocontratante submeter à aprovação do Coordenador de Segurança os elementos parcelares relativos ao trabalho que pretende executar.
- 17.6. O plano de segurança e saúde pode ser objeto de aprovação parcial, nomeadamente se não estiverem disponíveis todas as informações necessárias à avaliação dos riscos e à

identificação das correspondentes medidas preventivas, devendo o plano ser completado antes do início dos trabalhos em causa.

17.7. Compete ainda ao Cocontratante a elaboração do Projeto de Sinalização de carácter temporário, incluindo, se for caso disso, os desvios de carácter temporário de trânsito a implantar nas vias, nos precisos termos do Decreto-Regulamentar N.º 22-A/98, de 01 de outubro, com a redação dada pelos Decretos Regulamentares N.º 41/2002, de 20 de agosto, e N.º 13/2003, de 21 de junho, a apresentar, em papel e/ou suporte informático, para apreciação e aprovação do dono da obra, no prazo de cinco (5) dias a contar da data da notificação da consignação, se aplicável.

## 18. Consignação da obra

18.1. A consignação da Obra, tendo em conta o descrito nas cláusulas anteriores, será concluída em prazo não superior a 30 (trinta) dias após a data da celebração do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 359.º do Código dos Contratos Públicos.

18.2. Para efeitos da marcação da data da consignação da Obra o Empreiteiro deve entregar os seguintes documentos ou dados, no prazo concedido pelo Dono da Obra:

- a) Plano de segurança e saúde para execução da obra, nos termos indicados na clausula 17.2;
- b) Plano de estaleiro, a apresentar nos termos das clausulas 21.4 a 21.6;
- c) Elementos necessários para a comunicação prévia de abertura do estaleiro, nos termos e prazo indicado na clausula 48.14;
- d) Livro de registo de obra;
- e) Indicação nominal do diretor de obra e equipa técnica da obra.

18.3. Depois de aprovados os documentos referidos no número anterior, o Dono da Obra notifica o Empreiteiro da data e hora da consignação.

18.3. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data agendada para a consignação o Empreiteiro deve apresentar, para aprovação do Dono da Obra, os seguintes planos, elaborados de acordo com a cláusula seguinte:

- a) Os planos de trabalhos, de equipamentos, de mão-de-obra e cronograma financeiro, cuja adequação à data da consignação não pode implicar alterações aos planos contratuais para além do que seja estritamente necessário para a especificação da data da consignação, nem pode implicar a alteração do preço contratual, a alteração do prazo de execução da obra
- b) O plano de pagamentos, contendo a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor de cada uma das espécies de trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade e no prazo contratualmente definidos para os pagamentos a efetuar pelo Dono da Obra, de acordo com o plano de trabalhos, não podendo traduzir-se em alterações dos valores globais para cada componente da obra apresentados em sede de apresentação de propostas.

18.4. À consignação da obra deverá comparecer obrigatoriamente o representante do Empreiteiro com poderes para o efeito.

## 19. Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro

19.1. O plano de trabalhos, integrando os planos de equipamento e de mão-de-obra, em qualquer das suas versões, deve ter em conta, para além do previsto no artigo 361.º do CCP, o seguinte:

a) O plano de trabalhos deve:

- Conter, para além dos capítulos como atividades principais, os artigos mais significativos de cada capítulo como atividades secundárias;
- Indicar a duração de cada atividade bem como as precedências entre as diversas atividades;
- Apresentar a semana como escala mínima da representação do tempo no gráfico de Gantt.

b) O plano de mão-de-obra, elaborado em harmonia com o plano de trabalhos, deve ter uma distribuição mensal por categorias profissionais, e cumprir as afetações mínimas estipuladas na cláusula 62;

c) O plano de equipamentos, elaborado de harmonia com o plano de trabalhos deve ter uma distribuição mensal, com indicação dos equipamentos.

19.2. O cronograma financeiro contém um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos na cláusula 58.

19.3. Qualquer alteração ao plano de trabalhos deve ser acompanhada do plano de pagamentos adaptado ao novo plano de trabalhos, carecendo ambos de aprovação pelo Dono da Obra, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do mesmo, pelo Empreiteiro, equivalendo o silêncio a aceitação.

19.4. Os documentos indicados nos números anteriores são também apresentados ao Dono da Obra em formato digital, compatível com os programas utilizados pelo Município de Ílhavo e Fiscalização.

## 20. Preparação e planeamento dos trabalhos

20.1. Cabe ao Empreiteiro, até ao termo do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da consignação da empreitada, realizar todos os trabalhos de preparação e planeamento dos trabalhos, devendo empregar todos os meios necessários para dar cabal e pontual cumprimento a tal obrigação.

20.2. Cabe ainda ao Empreiteiro a apresentação, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da consignação da empreitada, da listagem de erros e omissões só detetáveis nesta fase, nos termos do n.º 4 do artigo 378.º do CCP.

20.3. O Cocontratante é responsável:

a) Perante o Dono da Obra, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, seja qual for o agente executor, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, de qualidade e de gestão de RCD;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor;

c) Perante a administração e as concessionárias de infraestruturas públicas, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários ao licenciamento e à realização dos ramais provisórios e definitivos, bem como pelas certificações necessárias.

20.4. A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem:

a) A realização dos trabalhos preparatórios ou acessórios previstos no artigo 350.º do Código dos Contratos Públicos;

- b) A apresentação pelo Cocontratante ao Dono da Obra de quaisquer pedidos de esclarecimento relativos aos materiais, aos métodos, às técnicas a utilizar na execução da empreitada ou às próprias soluções de projeto;
  - c) O estudo e definição pelo Cocontratante dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
  - d) As verificações, sondagens e reconhecimentos relativos a toda a obra, incluindo as áreas a intervencionar em momentos subsequentes do faseamento da empreitada, se aplicável.
- 20.5. O Cocontratante é o único responsável pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos de empreitada, incluindo os que forem realizados por subempreiteiros ou prestadores de serviços.
- 20.6. O cumprimento defeituoso ou incompleto de qualquer das obrigações previstas na presente cláusula atinentes à preparação e planeamento dos trabalhos, nomeadamente a apresentação defeituosa ou incompleta de qualquer um dos documentos acima referidos equivale a incumprimento da respetiva obrigação, devendo o Cocontratante reforçar os meios necessários à recuperação do prazo decorrente da falta de preparação e planeamento atempado, sem que daí lhe advenha o direito a qualquer compensação ou reequilíbrio.

## CAPÍTULO IV: TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS

### 21. Disposições gerais

- 21.1. O Cocontratante é obrigado a realizar todos os trabalhos que, por natureza ou segundo o uso corrente, devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem o objeto do contrato.
- 21.2. Entre os trabalhos a que se refere o número anterior compreendem-se, designadamente, os seguintes:
- a) A montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações – as quais serão conservadas no local –, vias internas de circulação e tudo o mais necessário à montagem, construção, desmontagem e demolição do estaleiro;
  - b) A execução de obras provisórias de adaptação das infraestruturas existentes, necessárias a garantir o correto funcionamento da parte da escola que se manterá em serviço;
  - c) A manutenção do estaleiro;
  - d) Os necessários, para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra, incluindo o pessoal das entidades subcontratadas, e do público em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - e) Os necessários, para garantir a segurança de toda a comunidade escolar e a minimização dos impactos que a obra possa ter sobre o normal funcionamento da escola;
  - f) O restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos previstos no contrato e para evitar a estagnação de águas que os mesmos trabalhos possam originar;
  - g) A construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
  - h) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos

encontrados nas escavações e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização do concurso e/ou de consulta às entidades gestoras;

- i) As vedações provisórias e seus reposicionamentos de acordo com a execução da obra;
- j) O transporte e remoção, para fora do local da obra, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza;
- k) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
- l) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou que sejam previsíveis pelo Cocontratante, quanto à sua existência e quantidade, à data da apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos, quer de águas de condutas, de valas, de rios ou outras;
- m) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo Dono da Obra ao Cocontratante com vista à execução da empreitada;
- n) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais.
- o) A disponibilização de um gabinete de trabalho, incluindo mobiliário e arquivos para a utilização exclusiva do diretor de fiscalização da obra, com boas condições de funcionamento.
- p) A elaboração do Plano de Qualidade/Plano de Inspeções/Ensaio em conformidade com as normas técnicas, disposições regulamentares e legislação em vigor, a apresentar, em papel e/ou suporte informático, no prazo de cinco (5) dias a contar da data da notificação da consignação, podendo o dono da obra exigir, em qualquer momento durante a execução da obra, registos do seu cumprimento e elementos complementares.

21.3. O Cocontratante é obrigado a realizar, à sua custa, todos os trabalhos que devam considerar-se preparatórios ou acessórios dos que constituem objeto do contrato, com exceção dos definidos no mapa de quantidades de trabalhos que terão um preço contratual unitário.

21.4. O projeto de estaleiro e instalações provisórias devem atender às condicionantes de estaleiro que integram as peças do procedimento.

21.5. O projeto do estaleiro e instalações provisórias deverão respeitar o Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e restante legislação em vigor, bem como respeitar as condições de higiene e segurança estabelecidas no plano de segurança e saúde da obra.

21.6. Em cumprimento do disposto no número anterior, o projeto de estaleiro deve impedir a utilização das lanças das gruas para transporte de cargas sobre os espaços onde decorrem as atividades escolares, devendo, para tal, prever o travamento das gruas.

21.7. O Cocontratante só pode iniciar a implantação do estaleiro, depois de aprovado pelo Dono da Obra o respetivo plano de segurança e saúde para a execução da obra, conforme o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

21.8. Todas as instalações provisórias destinadas ao funcionamento dos serviços exigidos pela execução da empreitada só podem ser utilizadas depois do Dono da Obra as ter aprovado.

21.9. A identificação pública bem como os sinais e avisos a colocar no estaleiro da obra devem respeitar a legislação em vigor. As entidades fiscalizadoras podem ordenar a colocação dos sinais ou avisos em falta e a substituição ou retirada dos que não se encontrem conformes.

## 22. Locais e instalações, cedidos para implantação e exploração do estaleiro

- 22.1. Os locais passíveis de instalação do estaleiro são os que o Dono da Obra puser à disposição do Cocontratante.
- 22.2. Se o Empreiteiro entender que os locais e as instalações referidos no número anterior não reúnem os requisitos indispensáveis para a implantação e exploração do seu estaleiro, será da sua iniciativa e responsabilidade a ocupação de outros locais e a utilização de outras instalações que, para o efeito, considere necessários.
- 22.3. O Cocontratante não poderá, sem autorização do Dono da Obra, realizar qualquer trabalho que modifique as instalações cedidas pelo Dono da Obra e, será obrigado a repô-las nas condições iniciais, uma vez concluída a execução da empreitada.
- 22.4. A Entidade Contratada deverá construir e manter em funcionamento as infraestruturas provisórias necessárias ao funcionamento da escola nomeadamente, plataformas de passagem, galerias protegidas e outras necessárias ao normal funcionamento da escola ou outras que se verifiquem necessárias.
- 22.5. A Entidade Contratada deverá construir, manter e substituir sempre que necessário as vedações entre a escola em funcionamento e a obra com materiais adequados.

## 23. Redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações

- 23.1. O Cocontratante deve licenciar, construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações definidas neste Caderno de Encargos ou no projeto ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
- 23.2. A manutenção e a exploração das redes referidas na cláusula anterior, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são da responsabilidade do Cocontratante, considerando-se os respetivos custos incluídos no preço proposto.
- 23.3. Sempre que na obra se utilize água não potável, deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição «Água imprópria para beber».
- 23.4. As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável na regulamentação em vigor. Sempre que haja lugar à aprovação prévia do projeto de redes elétricas do estaleiro, o Empreiteiro entregará à entidade de Fiscalização cópia do projeto aprovado e respetivo certificado, antes de iniciar a execução dos trabalhos.
- 23.5. As redes definitivas de água, esgotos, gás e energia elétrica poderão ser utilizadas durante os trabalhos.
- 23.6. Os custos relativos a água, gás, energia e comunicações, constituem encargo do Empreiteiro.

## 24. Equipamento

- 24.1. Constitui encargo do Cocontratante, o fornecimento e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, andaimes e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos e aos ensaios necessários.
- 24.2. O equipamento a que se refere a cláusula anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, ao estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis.



- 24.3. Todo o equipamento fornecido deve estar em muito bom estado de conservação e de utilização.
- 24.4. A manutenção de equipamento fornecido é da responsabilidade do Cocontratante.
- 24.5. O fornecimento, montagem e utilização de todo o equipamento descrito nesta cláusula constitui encargo do Cocontratante.
- 24.6. Todo o equipamento será devolvido ao Empreiteiro aquando da receção provisória da obra e/ou assinatura da conta final da empreitada.

## 25. Painéis indicativos da obra

O Empreiteiro fornecerá e afixará, no local de execução da obra, até 15 (quinze) dias úteis, após a consignação, e em local a designar pela Fiscalização e Dono da Obra, dois painéis de material resistente à intempérie, de 3,00 m x 2,00 m de dimensões máximas, de acordo com os modelos a fornecer pelo Dono da Obra.

## 26. Trabalhos de proteção e segurança

- 26.1. Para além dos trabalhos a que se refere a cláusula 21.2, constitui encargo do Cocontratante a realização dos trabalhos de proteção e segurança especificados no projeto, ou neste Caderno de Encargos, tais como os referentes a construções e vegetação existentes nos locais destinados à execução dos trabalhos e os relativos a construções e instalações vizinhas destes locais.
- 26.2. Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto, o Cocontratante avisará o Dono da Obra, propondo as medidas a tomar, e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele.
- 26.3. No caso a que se refere o número anterior e estando envolvidos interesses de terceiros, o Dono da Obra procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas, a fim de decidir as medidas a tomar.
- 26.4. O Empreiteiro deverá tomar as providências usuais para evitar que as instalações e os trabalhos da empreitada sejam danificados por inundações, ondas, tempestades ou outros fenómenos naturais.

## 27. Demolições e esgotos

- 27.1. Consideram-se incluídas no contrato as demolições que se encontrem previstas no projeto ou neste Caderno de Encargos.
- 27.2. Os trabalhos de demolição referidos no número anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implantação da obra, salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos, bem como a remoção completa, para fora do local da obra, de todos os materiais e entulhos, incluindo as fundações e canalizações não utilizadas e excetuando apenas o que o Dono da Obra autorize a deixar no terreno.
- 27.3. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a receção provisória, o Cocontratante terá de remover do local da obra e estaleiro os restos de materiais, elementos de construção, entulhos, equipamento diverso, instalações provisórias e tudo o mais que tenha servido para a execução da obra.

- 27.4. Caso se verifique incumprimento do disposto no número anterior o Dono da Obra mandará proceder à limpeza em questão, sendo os encargos daí resultantes deduzidos das quantias ainda em dívida ao Cocontratante, ou da caução prestada.
- 27.5. O Cocontratante tomará as precauções necessárias para assegurar em boas condições o desmonte, armazenamento e a conservação dos materiais e elementos de construção, sendo responsável por todos os danos que eventualmente venham a sofrer.
- 27.6. Os materiais e elementos de construção a que se refere o número anterior são propriedade do Dono da Obra.

## 28. Implantação e piquetagem

- 28.1. O trabalho de implantação e piquetagem será efetuado pelo Empreiteiro, a partir das cotas, dos alinhamentos e das referências constantes nas peças do projeto.
- 28.2. Uma vez concluídos os trabalhos de implantação, o Empreiteiro informará desse facto, por escrito, a Fiscalização, que procederá à verificação das marcas e, se for necessário, à sua retificação, na presença do Empreiteiro.
- 28.3. O Empreiteiro obriga-se a conservar as marcas ou referências e a recolocá-las, à sua custa, em condições idênticas, quer na localização definitiva quer num outro ponto, se as necessidades do trabalho o exigirem, depois de ter avisado a Fiscalização e de esta haver concordado com a modificação da piquetagem.
- 28.4. O Empreiteiro é ainda obrigado a conservar todas as marcas ou referências visíveis existentes que tenham sido implantadas no local da obra por outras entidades e só proceder à sua deslocação desde que autorizado e sob orientação da Fiscalização.

## CAPÍTULO V: CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

### 29. Projeto de execução

- 29.1. A realização da empreitada deve obedecer ao presente Caderno de Encargos e ao seu projeto de execução.
- 29.2. Salvo disposição em contrário, compete ao Cocontratante a elaboração dos desenhos e peças escritas correspondentes às alterações surgidas no decorrer da obra.

### 30. Trabalhos complementares

- 30.1. Nesta matéria observar-se-á o disposto nos artigos 50.º e 370.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.
- 30.2. Todos os erros e omissões detetados pelo Cocontratante devem ser comunicados ao Município de Ílhavo, através da identificação expressa e inequívoca dos mesmos, mediante apresentação escrita de medições detalhadas e de todos os elementos técnicos de suporte, necessários à apreciação daqueles, sob pena de não ser considerada realizada a referida comunicação.
- 30.3. O Cocontratante obriga-se a executar todos os trabalhos complementares, após a emissão por escrito da respetiva ordem de execução pelo Dono da Obra, acompanhada das alterações aos elementos da solução da obra necessárias à sua execução.

- 30.4. É expressamente vedada ao Cocontratante a execução de quaisquer trabalhos complementares, sem que os mesmos tenham sido previamente ordenados por escrito pelo Dono da Obra, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 304.º do CCP.
- 30.5. Quaisquer trabalhos complementares que sejam executados sem que tenham sido objeto de ordem escrita prévia do Dono da Obra são da inteira responsabilidade do Cocontratante, podendo ainda o Dono da Obra exigir a sua inutilização a expensas do mesmo.
- 30.6. É exigível a deteção e reclamação pelo Cocontratante, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados desde a data da consignação da empreitada, dos erros e omissões do projeto só detetáveis nesse momento nos termos estipulados na cláusula 30.2, sob pena de o Cocontratante ser responsável, por metade do valor dos respetivos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões, nos termos do n.º 4 do artigo 378.º do CCP.
- 30.7. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 378.º do CCP, o Cocontratante é responsável por metade do valor dos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º do CCP, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados mas não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.
- 30.8. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 378.º do CCP, o Cocontratante é responsável por metade do valor dos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível que tivessem sido detetados nem na fase de formação do contrato nem no prazo de preparação de obra a que se refere a cláusula 30.6, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

### 31. Patenteamento do projeto e demais documentos no local dos trabalhos

- 31.1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o Cocontratante deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do Dono da obra e do Cocontratante, com menção do respetivo alvará ou certificados de empreiteiro de obras públicas, e manter cópia dos alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas dos subcontratados.
- 31.2. O Cocontratante deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, deste Caderno de Encargos e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
- 31.3. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

### 32. Execução dos trabalhos

- 32.1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com este Caderno de Encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas, de modo a assegurar as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

- 32.2. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o Cocontratante obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas no presente Caderno de Encargos.
- 32.3. Durante a fase de execução da obra, o Cocontratante deverá efetuar à sua conta, todos os reconhecimentos que entender necessários à cabal identificação das características técnicas, geológicas e geotécnicas das edificações existentes e dos terrenos onde decorrerá a obra. Os referidos reconhecimentos integram a obrigação de preparação e planeamento da empreitada pelo Cocontratante, sendo da sua responsabilidade, os danos que eventualmente sejam causados pela falta, ou insuficiência, dos referidos reconhecimentos.
- 32.4. Se o Dono da Obra ou a Fiscalização verificarem que os trabalhos a cargo do Cocontratante estão a ser deficientemente executados ou não observam algumas das condições estabelecidas no contrato ou neste Caderno de Encargos, será emitida ordem de demolição, a qual indicará o prazo para a eliminação dos defeitos ou suprimento dos vícios da obra, sendo os custos respetivos da responsabilidade exclusiva do Cocontratante.
- 32.5. O estipulado no número anterior não constitui motivo justificativo de qualquer prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos, nem encargos para o Dono da Obra.
- 32.6. Se for de presumir a existência dos referidos defeitos, mas os mesmos não puderem ser comprovados por simples observação, o Dono da Obra ou a Fiscalização poderão, em qualquer altura, até ao termo do prazo de garantia, ordenar as demolições necessárias para apurar se se confirmam ou não tais deficiências, lavrando-se em seguida um auto nos termos da cláusula 32.4. Se estas se confirmarem, os encargos com as demolições e as reconstruções serão da conta do Cocontratante e não haverá lugar, se for caso disso, à prorrogação dos prazos de conclusão dos trabalhos.
- 32.7. Caso os trabalhos tenham sido executados na ausência ou contra as indicações da Fiscalização, o custo e prazo necessário para identificação dos eventuais defeitos será da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.

### 33. Plano de trabalhos detalhado

- 33.1. Mensalmente, ou sempre que para tal seja notificado, o Cocontratante entregará ao Dono da Obra ou Fiscalização, um plano de trabalhos detalhado, referente aos trabalhos a executar acompanhado de memória justificativa, que explicita claramente os impedimentos/constrangimentos à atividade escolar e as medidas preventivas/corretivas correspondentes.
- 33.2. Diariamente, o Cocontratante entrega à Fiscalização, os mapas com a carga de mão-de-obra e de equipamento em serviço.
- 33.3. Os documentos atrás indicados serão também apresentados ao Dono da Obra em suporte digital, compatível com os programas utilizados pelo Município de Ílhavo e equipa Fiscalização.
- 33.4. Sempre que se verifiquem desvios ou atrasos entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano de trabalhos aprovado em vigor, o Empreiteiro informará a Fiscalização, por escrito, até ao dia 5 (cinco) de cada mês.
- 33.5. Quando os desvios assinalados pelo Empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os reais, a Fiscalização notificará-la-á dos que considera existirem.

#### 34. Incumprimento do plano de trabalhos

- 34.1. Verificando-se risco de incumprimento do prazo de execução da obra, o Dono da Obra pode notificar o Empreiteiro para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado, ao abrigo do disposto no artigo 404.º do CCP.
- 34.2. O plano de trabalhos modificado apresentado pelo Empreiteiro não pode incluir alterações aos prazos parciais ou finais de execução de empreitada, ainda não vencidos e constantes do plano de trabalhos contratualizado ou em vigor.
- 34.3. O plano de trabalhos modificado deve ser elaborado de acordo com o estipulado na cláusula 19, devendo ser acompanhado dos planos complementares de mão-de-obra e de equipamento, bem como do plano de pagamentos modificado, todos devidamente articulados entre si e referenciando este último quer ao plano de trabalhos quer ao mapa de quantidades e preços.
- 34.4. A adoção das medidas necessárias à recuperação dos atrasos verificados, que sejam imputáveis ao Cocontratante, bem como, os custos e encargos dela decorrentes são da responsabilidade da Cocontratante.

#### 35. Subempreitadas

- 35.1. As subempreitadas regem-se pelo disposto nos artigos 383.º e seguintes, e devem observar os limites previstos no artigo 317.º, todos do Código dos Contratos Públicos.
- 35.2. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Cocontratante e só dele, salvo no caso de cessão parcial da posição contratual devidamente autorizada, não reconhecendo o Dono da Obra, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer entidades subcontratadas que trabalhem por conta ou em combinação com o Cocontratante.
- 35.3. O Cocontratante deve, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto, por escrito, ao Dono da Obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa, o qual deverá obrigatoriamente ser instruído com o respetivo plano de trabalhos. Na referida comunicação o Cocontratante fundamenta a decisão de recorrer à subempreitada e atesta a observância dos limites fixados no artigo 383.º do Código dos Contratos Públicos.
- 35.4. O Dono da Obra pode sempre opor-se à subempreitada quando não sejam observados os limites fixados no artigo 383.º e com os fundamentos previstos no artigo 320.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.
- 35.5. A substituição dos subempreiteiros obedecerá ao disposto nos números anteriores.
- 35.6. Todas as subempreitadas devem ser objeto de contratos, a elaborar nos termos do disposto no artigo 384.º do Código dos Contratos Públicos, sendo que a forma e prazos de pagamento devem ser estabelecidos em condições idênticas às previstas no contrato entre o Dono da Obra e o Cocontratante.
- 35.7. Para efeitos do número anterior, deve constar do contrato de subempreitada o que for acordado quanto à revisão de preços no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre o Cocontratante e o Dono de Obra.

- 35.8. O Cocontratante apresenta à Fiscalização da obra, previamente ao início dos trabalhos a que respeitem, cópia do alvará concedido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.), dos respetivos subempreiteiros, que devem obrigatoriamente conter habilitação adequada à sua execução.
- 35.9. Todos os meios humanos afetos à execução da obra, quer pertencentes ao Cocontratante quer pertencentes aos Subempreiteiros, deverão obrigatoriamente usar um distintivo identificador da entidade (Cocontratante ou Subempreiteiro) a que pertencem, de tipo a acordar com a Fiscalização, por forma, a que esta última, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do Cocontratante do pessoal dos Subempreiteiros, presentes na obra.
- 35.10. Em caso de subcontratação o Cocontratante é responsável por garantir o cumprimento, pelos subcontratados do previsto na cláusula 9, referente a tratamento de dados pessoais.

### 36. Atos e direitos de terceiros

- 36.1. Sempre que o Cocontratante sofra atrasos na execução da obra, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deverá, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, a Fiscalização, a fim de o Dono da Obra ficar habilitado a tomar as providências que estejam ao seu alcance.
- 36.2. Se os trabalhos a executar na obra forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Cocontratante, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunicará, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto à Fiscalização, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias, perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

### 37. Outros encargos do Cocontratante

- 37.1. Salvo disposição em contrário deste Caderno de Encargos, correrão por conta do Cocontratante a responsabilidade e os encargos relativos:
- a) A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Cocontratante e que não resultem da própria natureza ou conceção da obra, sejam sofridos pelo Dono da Obra, seus agentes ou por terceiros, até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência nomeadamente do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Cocontratante ou dos seus subcontratados, fornecedores ou qualquer pessoa, ou entidade a cuja colaboração o Cocontratante recorrer, e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
  - b) As indemnizações devidas a terceiros pela constituição de servidões provisórias ou pela ocupação temporária de quaisquer espaços que não sejam do Dono da Obra, necessários à execução da empreitada;
  - c) As vedações de obras, trabalhos preparatórios e outros, de carácter geral, as obras provisórias ou para manutenção do tráfego em arruamentos ou vias rodoviárias interrompidas ou o restabelecimento de itinerários provisórios, incluindo a adaptação e conservação dos respetivos pavimentos, bem como a adequada sinalização;
  - d) Os prejuízos causados aos operadores ou outros empreiteiros a executarem trabalhos para o Dono da Obra, por motivos imputáveis ao Cocontratante, designadamente, os decorrentes do incumprimento do programa de trabalhos;

e) As indenizações devidas por todos os acidentes ou danos acontecidos na obra objeto da empreitada, durante a sua fase de execução, a qual se conclui com a receção provisória da totalidade dos trabalhos;

f) As perdas ou danos, materiais, corporais ou morais, ocasionados a terceiros em geral, a outras empresas que eventualmente trabalhem no local da obra, ao Dono da Obra e seus representantes.

37.2. Se o Dono da Obra tiver de assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do Contrato, incluindo este Caderno de Encargos, são da responsabilidade do Cocontratante, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo ao Dono da Obra, o direito de regresso das quantias que pagou ou que tiver que pagar, podendo fazer a compensação, designadamente, com a faturação em dívida, ou acionar as garantias.

37.3. Constituem ainda obrigações e encargos do Cocontratante:

a) O estabelecimento de todos os contactos com as entidades oficiais necessários ao pedido de vistoria das instalações executadas e sua ligação às redes públicas;

b) O acompanhamento das vistorias destinadas à aprovação das instalações executadas;

c) A introdução das correções, julgadas necessárias pelas entidades oficiais e que resultem de incumprimentos por parte do Cocontratante, para licenciamento das instalações executadas.

37.4. Os eventuais restabelecimentos provisórios para desvios de tráfego rodoviário e pedonal deverão ser executados de acordo com a legislação aplicável e os regulamentos municipais e ser submetidos à aprovação das entidades competentes. O seu custo considera-se incluído no valor da empreitada.

37.5. Constitui obrigação e encargo do Cocontratante solicitar autorizações para a ocupação de via pública que vierem a ser necessárias para a empreitada.

37.6. Igualmente, constitui obrigação e encargo do Cocontratante solicitar autorização para a execução de trabalhos noturnos e com ruído, nos termos da legislação em vigor e exigências municipais.

37.7. Todos os encargos referidos nos números anteriores são da responsabilidade do Cocontratante, devendo ser incluídos nos preços unitários da proposta.

## CAPÍTULO VI: MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

### 38. Características dos materiais e elementos de construção

38.1. Os materiais e elementos de construção a empregar na obra terão as qualidades, dimensões, formas e demais características definidas nas peças escritas e desenhadas do projeto, neste Caderno de Encargos e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos.

38.2. Sem prejuízo do que for exigido nas especificações técnicas do Caderno de Encargos, todos os equipamentos a fornecer têm que ter afixado a marca CE, em local bem visível, e legível, bem como, a respetiva declaração de conformidade CE passada pelo fabricante, ou seu mandatário.

38.3. Sem prejuízo do que for exigido nas especificações técnicas do Caderno de Encargos todos os materiais e produtos a fornecer deverão satisfazer os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de setembro.



- 38.4. Todos os materiais, produtos e equipamentos a fornecer deverão estar no estado de novos, não usados, ser apresentados nas embalagens de origem, devidamente etiquetados e rotulados e apresentar a qualidade e as características definidas nas fichas técnicas do fabricante com as tolerâncias admitidas.
- 38.5. Nos aspetos em relação aos quais este Caderno de Encargos ou o contrato não fixem as características de materiais ou elementos de construção, o Cocontratante não poderá empregar materiais que não correspondam às características da obra, ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
- 38.6. No caso de dúvida quanto aos materiais a empregar nos termos do número anterior, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta destas, as normas utilizadas na Comunidade Europeia.
- 38.7. Nos casos previstos nas cláusulas 38.5 e 38.6, o Cocontratante proporá à Fiscalização, por escrito, a aprovação dos materiais ou elementos de construção escolhidos. Esta proposta deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos nem o prazo em que o Dono da Obra se deverá pronunciar.
- 38.8. Todos os materiais, produtos e equipamentos a fornecer que não cumpram integralmente com as características previstas no projeto e outros que sejam indicados pela Fiscalização e Dono da Obra serão, previamente, sujeitos à aprovação da Fiscalização, através de documento que os identifique perfeitamente, ao qual será anexa a documentação técnica complementar julgada necessária em cada caso, nomeadamente especificações técnicas, fichas de segurança ou outra. Apesar de poderem existir materiais, produtos e equipamentos com as características totalmente definidas no projeto, poderá a Fiscalização solicitar documentação técnica atualizada e amostras.
- 38.9. No caso de materiais, produtos ou equipamentos não passíveis de serem totalmente identificados por documentação técnica, o pedido de aprovação mencionado no ponto anterior será acompanhado de uma amostra, a qual, nos termos da cláusula seguinte depois de aprovada, servirá de padrão à aprovação dos lotes a rececionar em obra.
- 38.10. Os pedidos de aprovação de materiais, produtos e equipamentos referidos nas cláusulas 38.8 e 38.9 devem obrigatoriamente ser comunicados à Fiscalização com uma antecedência igual ou superior a 15 (quinze) dias de calendário relativamente à data que o Cocontratante entende como limite (data mais tarde) para a sua aprovação.
- 38.11. A referência, no Caderno de Encargos, a quaisquer marcas comerciais ou industriais, de patentes ou modelos, ou de uma origem de produção determinadas, deverão ser consideradas como meramente indicativas, interpretando-se sempre como admitindo outras equivalentes, nos termos do artigo 49.º do CCP.

### 39. Amostras padrão

- 39.1. Sempre que o Dono da Obra ou o Cocontratante o julgarem necessário, este último apresentará amostras de materiais ou elementos de construção a utilizar, as quais, depois de aprovadas pelo Diretor de Fiscalização, servirão de padrão.



- 39.2. As amostras deverão ser acompanhadas, se a sua natureza o justificar ou for exigido pela Fiscalização, de certificados de origem e de análises ou ensaios feitos em laboratório oficial, sem o que não poderão ser aprovadas. A definição das amostras sujeitas a ensaio será feita pela Fiscalização, de acordo com o previsto nas condições técnicas especiais do Caderno de Encargos.
- 39.3. Sempre que a apresentação das amostras seja de iniciativa do Empreiteiro, ela deverá ter lugar durante o período de preparação e planeamento da obra e, em qualquer caso, de modo que as diligências de aprovação não prejudiquem o cumprimento do plano de trabalhos.
- 39.4. A aprovação das amostras padrão não dispensará, todavia, a aprovação de cada um dos lotes de materiais ou de elementos de construção, produtos e equipamentos entrados no estaleiro e rececionados em obra, conforme estipula a cláusula 38.
- 39.5. As amostras padrão serão devidamente identificadas e permanecerão na posse da Fiscalização sendo restituídas atempadamente ao Cocontratante de forma a permitir a sua aplicação em obra. As amostras rejeitadas serão restituídas ao Cocontratante.

#### 40. Lotes, amostras e ensaios

- 40.1. Os materiais e elementos de construção serão divididos em lotes, segundo as suas origens, tipos e, eventualmente, datas de entrada na obra.
- 40.2. De cada um dos lotes colher-se-ão, sempre que necessário, três amostras, nos termos estabelecidos neste Caderno de Encargos, para cada material ou elemento, destinando-se uma delas ao Cocontratante, a outra ao Dono da Obra e ficando a terceira de reserva na posse deste último.
- 40.3. A colheita das amostras e a sua preparação e embalagem serão feitas na presença da Fiscalização e do Cocontratante, competindo a esta última fornecer todos os meios indispensáveis para o efeito. Estas operações obedecerão às regras estabelecidas neste Caderno de Encargos, nos regulamentos e documentos normativos aplicáveis ou, na sua omissão, às que forem definidas por acordo prévio.
- 40.4. As amostras não ensaiadas serão restituídas ao Cocontratante logo que se verifique não serem necessárias para serem retiradas do estaleiro.
- 40.5. Nos casos em que, nos termos das cláusulas deste Caderno de Encargos, não seja expressamente obrigatória a realização de ensaios, as amostras do Dono da Obra e do Cocontratante podem ser ensaiadas em laboratórios de reconhecida competência, à escolha de cada um deles.
- 40.6. Nos casos em que, nos termos das cláusulas deste Caderno de Encargos, não seja expressamente obrigatória a realização de ensaios, o Dono da Obra poderá, com base ou não nos referidos ensaios, rejeitar provisoriamente quaisquer lotes. Essa rejeição só se considerará, porém, definitiva se houver acordo entre as partes.
- 40.7. Nos casos em que, nos termos das cláusulas deste Caderno de Encargos, seja obrigatória a realização de ensaios, o Cocontratante promoverá por sua conta a realização dos referidos ensaios em laboratório escolhido por acordo com o Dono da Obra ou, se tal acordo não for possível, num laboratório oficial.

- 40.8. Nos casos a que se refere o número anterior, o Dono da Obra poderá rejeitar o lote ensaiado, se os resultados dos ensaios realizados não forem satisfatórios. Essa rejeição só se considerará, porém, definitiva se houver acordo entre as partes ou se os ensaios houverem sido realizados em laboratório oficial ou, ainda, se a natureza dos mesmos não permitir a sua repetição em condições idênticas.
- 40.9. Em todas as hipóteses em que, nos termos das cláusulas anteriores, a rejeição de materiais ou elementos de construção tiver caráter meramente provisório e não for possível estabelecer um acordo entre o Dono da Obra e o Cocontratante, promover-se-á o ensaio da terceira amostra em laboratório oficial, considerando-se definitivos, para todos os efeitos, os seus resultados.
- 40.10. Serão por conta do Cocontratante as despesas feitas com todos os ensaios realizados.
- 40.11. Na aceitação ou rejeição de materiais ou elementos de construção, de acordo com o resultado dos ensaios efetuados, observar-se-ão as regras de decisão estabelecidas para cada material ou elemento neste Caderno de Encargos, nos regulamentos e documentos normativos aplicáveis ou, na sua omissão, as que forem definidas por acordo antes da realização dos ensaios.

#### 41. Aprovação dos materiais e elementos de construção

- 41.1. Os materiais e elementos de construção só poderão ser aplicados na empreitada depois de aprovados pela Fiscalização.
- 41.2. O Cocontratante deverá apresentar à Fiscalização e/ou ao Dono da Obra, o plano de materiais e equipamentos que irão ser sujeitos a apreciação e aprovação, com indicação do tipo de material e equipamento, tipo de documentação técnica e amostras e datas previstas para a sua apresentação.
- 41.3. A aprovação dos materiais e elementos de construção será feita por lotes, e resulta da verificação, de acordo com o elemento a aprovar, de que as características daqueles satisfazem as exigências prescritas nas especificações técnicas do projeto da especialidade a que respeita, ou ainda o que venha a ser definido pela Fiscalização, através de:
- a) Verificação de certificados de origem;
  - b) Verificação da conformidade com os documentos de homologação;
  - c) Observação visual;
  - d) Análise ou ensaio de amostras em laboratórios oficiais;
  - e) Verificação dos registos dos ensaios de fábrica.
- 41.4. Após comunicação escrita, por parte do Cocontratante, da entrada em obra dos materiais, produtos e equipamentos, a Fiscalização procederá às operações necessárias de apreciação das características dos mesmos para se pronunciar sobre a sua rejeição ou aprovação. A aprovação ou rejeição dos materiais e elementos de construção deverá ter lugar nos 2 (dois) dias subsequentes à data em que a Fiscalização foi notificada, por escrito, da sua entrada no estaleiro, considerando-se aprovados se a Fiscalização não se pronunciar no prazo referido, a não ser que a eventual realização de ensaios exija período mais largo, facto que, no mesmo prazo, será comunicado ao Cocontratante.
- 41.5. No momento da aprovação dos materiais e elementos de construção proceder-se-á à sua perfeita identificação. Se, nos termos do número anterior, a aprovação for tácita, o Cocontratante poderá solicitar a presença da fiscalização para aquela identificação.

- 41.6. O Cocontratante não poderá invocar, para efeitos de pedido de prorrogação de prazo ou custos adicionais à empreitada, atrasos associados a demora na aprovação de materiais, produtos ou equipamentos, se, se verificar pelo menos uma das seguintes condições:
- a) Não cumprimento do disposto na cláusula 48.5;
  - b) A data que o Cocontratante entende como limite para aprovação de materiais, produtos ou equipamentos, não ultrapassa a data de início prevista no plano de trabalhos em vigor, da atividade ou atividades que lhe estão associadas.
- 41.7. Após análise por parte da Fiscalização, os materiais, produtos e equipamentos serão classificados como “Aprovado”, ou “Rejeitado”.
- 41.8. A aplicação dos materiais, produtos e equipamentos rececionados em obra fica condicionada ao prévio consentimento da Fiscalização, que verificará a manutenção das características aprovadas. Assim, todos os materiais, produtos e equipamentos poderão em qualquer altura ser rejeitados se se encontrarem deteriorados, independentemente da aceitação a que foram sujeitos aquando da sua receção em obra.
- 41.9. O Cocontratante não poderá fundamentar um pedido de prorrogação de prazo de execução da obra com a rejeição de materiais, produtos e equipamentos, quer esta tenha ocorrido na fase de seleção, de receção ou ainda por deterioração ou danificação em estaleiro.
- 41.10. A aprovação do Dono da Obra e da Fiscalização das amostras padrão, lotes de materiais, equipamentos ou elementos de construção, em caso algum diminui a responsabilidade do Cocontratante.

#### 42. Casos especiais

- 42.1. Os materiais ou elementos de construção sujeitos a homologação ou classificação obrigatórias só poderão ser aceites quando acompanhados do respetivo documento de homologação ou classificação, emitido por laboratório oficial, mas nem por isso ficarão isentos dos ensaios previstos neste Caderno de Encargos.
- 42.2. Para os materiais ou elementos de construção sujeitos a controlo completo de laboratório oficial não serão exigidos ensaios de receção relativamente às características controladas quando o Cocontratante forneça documento comprovativo emanado do mesmo laboratório; não se dispensará, contudo, a verificação de outras características, nomeadamente as geométricas.
- 42.3. A Fiscalização poderá verificar, em qualquer parte, o fabrico e a montagem dos materiais ou elementos em causa, devendo o Cocontratante facultar-lhe, para o efeito, todas as informações e facilidades necessárias. A aprovação só será, todavia, efetuada depois da entrada na obra dos materiais ou elementos de construção referidos.

#### 43. Patentes, licenças, marcas de fabrico e desenhos registados

- 43.1. Serão inteiramente de conta do Cocontratante os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

- 43.2. Se o Dono da Obra vier a ser demandado por ter sido infringido na execução dos trabalhos qualquer dos direitos mencionados no número anterior, ao Cocontratante indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
- 43.3. O disposto nos números anteriores não é, todavia, aplicável a materiais e a elementos ou processos de construção definidos neste Caderno de Encargos para os quais se torne indispensável o uso de direitos de propriedade industrial quando o Dono da Obra não indique a existência de tais direitos.
- 43.4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante, se tiver conhecimento da existência dos direitos em causa, não iniciará os trabalhos que envolvam o seu uso sem que a fiscalização, por ela consultada, a notifique, por escrito, de que o pode fazer.

#### 44. Depósito e armazenagem de materiais ou elementos de construção

- 44.1. O Cocontratante deverá possuir em depósito as quantidades de materiais, produtos, equipamentos e elementos de construção suficientes para garantir o normal desenvolvimento dos trabalhos, de acordo com o respetivo plano, sem prejuízo da oportuna realização das diligências de aprovação necessárias.
- 44.2. Os materiais e elementos de construção deverão ser armazenados ou depositados por lotes separados e devidamente identificados, com arrumação que garanta condições adequadas de acesso e circulação.
- 44.3. Desde que a sua origem seja a mesma, o Dono da Obra poderá autorizar que, depois da respetiva aprovação, os materiais e elementos de construção não se separem por lotes, devendo, no entanto, fazer-se sempre a separação por tipos.
- 44.4. O Cocontratante assegurará a conservação dos materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito.
- 44.5. O Cocontratante não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção ou equipamentos que não se destinem a ser aplicados na obra.
- 44.6. Os materiais e elementos de construção deterioráveis pela ação dos agentes atmosféricos serão, obrigatoriamente, depositados em armazéns fechados que ofereçam segurança e proteção contra as intempéries e humidade do solo.
- 44.7. Os materiais e elementos de construção existentes em armazém ou depósito e que se encontrem deteriorados serão rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos, nos termos do número seguinte.

#### 45. Remoção de materiais ou elementos de construção

- 45.1. Os materiais e elementos de construção rejeitados provisoriamente deverão ser perfeitamente identificados e separados dos restantes.
- 45.2. Os materiais e elementos de construção rejeitados definitivamente serão removidos para fora do local dos trabalhos no prazo que a Fiscalização da obra estabelecer, de acordo com as circunstâncias.

- 45.3. O Cocontratante deve assegurar a gestão dos resíduos de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, procedendo ao tratamento, triagem, acondicionamento, remoção e o seu transporte, acompanhado pelas respetivas guias de resíduos de RCD, para local apropriado e/ou operador de gestão licenciado, conforme aplicável e de acordo com legislação em vigor.
- 45.4. O Cocontratante deve proceder à remoção e tratamento dos produtos obsoletos de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o DL n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, com as alterações introduzidas até à data.
- 45.5. Em caso de falta de cumprimento pelo Cocontratante das obrigações estabelecidas nas cláusulas 45.1 e 45.4, poderá a Fiscalização fazer transportar os materiais ou os elementos de construção em causa para onde mais convenha, pagando o que necessário for, tudo à custa do Cocontratante, mas dando-lhe prévio conhecimento da decisão.
- 45.6. O Cocontratante, no final da obra, terá de remover do local dos trabalhos os restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamento, andaimes e tudo o mais que tenha servido para a sua execução, dentro do prazo estabelecido na cláusula 27.3.

## CAPÍTULO VII: PESSOAL

### 46. Disposições gerais

- 46.1. São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 46.2. São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, bem como a manutenção da polícia e boa ordem no local dos trabalhos, donde o Cocontratante deverá, sempre que lhe seja ordenado, retirar o pessoal que haja desrespeitado os seus agentes, os agentes do Dono da Obra, da Fiscalização, ou de autoridades oficiais, bem como, pessoal que provoque indisciplina ou seja menos íntegro no desempenho dos seus deveres.
- 46.3. A ordem referida na cláusula anterior deverá ser fundamentada por escrito quando o Cocontratante o exigir, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal em questão.
- 46.4. O Cocontratante deve estabelecer um sistema de prevenção e controlo da alcoolémia que garanta o envolvimento de todos os trabalhadores em obra.
- 46.5. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

### 47. Horário de trabalho

- 47.1. O Cocontratante obriga-se a ter patente no local da obra, o horário de trabalho em vigor.
- 47.2. O Cocontratante terá sempre no local da obra, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
- 47.3. Exceto quando este Caderno de Encargos expressamente o impeça, o Cocontratante poderá realizar trabalhos fora das horas regulamentares, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização do organismo oficial competente e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa à Fiscalização.

- 47.4. Sempre que este Caderno de Encargos expressamente interdite os trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, os mesmos só poderão ter lugar desde que a urgência da execução da obra ou outras circunstâncias especiais o exijam e a Fiscalização o autorize.

#### 48. Segurança, higiene e saúde no trabalho

- 48.1. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
- 48.2. Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, o Cocontratante fica obrigado ao cumprimento do plano de segurança e saúde para a execução da empreitada que vier a ser aprovado pelo Dono da Obra, e das demais obrigações que constam do artigo 20.º do Decreto-Lei atrás referido.
- 48.3. O Cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
- 48.4. Até 10 (dez) dias úteis, antes do início de qualquer atividade, o Cocontratante deverá apresentar uma ficha de procedimentos de segurança, de acordo com o previsto no plano de segurança e saúde e complementada com as indicações que vierem a ser transmitidas pelo coordenador de segurança em obra.
- 48.5. O Cocontratante só pode iniciar uma atividade, após aprovação do Coordenador de Segurança em obra e do Dono da Obra, de todas as medidas de prevenção e proteção a implementar para essa atividade.
- 48.6. Em caso de negligência do Cocontratante no cumprimento das obrigações estabelecidas nas cláusulas 48.1 a 48.6, a Fiscalização poderá tomar, à custa dela, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Cocontratante.
- 48.7. O Cocontratante responderá plenamente, perante a Fiscalização, pela observância das condições estabelecidas nas cláusulas 48.1 a 48.6, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.
- 48.8. Durante a execução das obras, para além das medidas de prevenção e proteção de segurança e saúde coletivas ou individuais previstas no plano de segurança e saúde, podem os representantes do Dono da Obra (Fiscalização e Coordenador de Segurança) exigir a implementação de outras medidas, caso não sejam previstas pelo Cocontratante e se revelem a cada momento necessárias, ou mandar melhorar aquelas que não sejam eficazes.
- 48.9. Não haverá direito a adicionais de custo ou prorrogações de prazo à empreitada, resultantes de trabalhos que sejam realizados por iniciativa do Cocontratante ou por solicitação de algum dos representantes do Dono da Obra (Fiscalização e Coordenador de Segurança) e que tenham como objetivo a garantia de condições de segurança e saúde para os trabalhadores, mesmo que não estejam expressos no plano de segurança e saúde, mas cuja não implementação ponha em risco pessoas ou bens.
- 48.10. Eventuais atrasos no início de atividades por não estarem implementadas todas as medidas de prevenção e proteção solicitadas pelo Coordenador de Segurança em obra são da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
- 48.11. Em caso de incumprimento por parte do Cocontratante do disposto no plano de segurança e saúde, das suas alterações e adaptações na fase de obra, bem como de todas as ações na

área de segurança e saúde, ordenadas pelos representantes do Dono da Obra, poderão estes, em casos de perigosidade efetiva e ao abrigo do artigo 365.º do Código dos Contratos Públicos, dar ordem de suspensão imediata, total ou parcial dos trabalhos.

48.12. As eventuais suspensões totais ou parciais de trabalhos, ordenadas pelo Dono da Obra ou seus representantes, por não estarem garantidas condições de segurança em obra, não poderão ser invocadas como pretexto para prorrogações de prazo ou para qualquer tipo de indemnização ao Cocontratante.

48.13. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após assinatura do contrato, e antes da consignação, o Cocontratante deverá apresentar ao Dono da Obra os dados necessários para a instrução da comunicação prévia que sejam da sua responsabilidade.

48.14. Tendo em vista a permanente atualização desta comunicação prévia a que o Dono da Obra é legalmente obrigado, o Cocontratante obriga-se a:

- a) Remeter ao Dono da Obra até ao penúltimo dia útil de cada mês, uma lista atualizada dos subempreiteiros, com a respetiva identificação completa e a explicitação dos trabalhos em que vão intervir e do prazo previsto para esta intervenção;
- b) Remeter ao Dono da Obra, a todo o momento, informação sobre alterações de qualquer outro domínio contemplado na comunicação prévia, para que tais alterações possam ser comunicadas à Autoridade para as Condições de Trabalho antes da sua concretização no estaleiro;
- c) Manter afixada no estaleiro em local bem visível a comunicação prévia e suas atualizações.

48.15. O Cocontratante deverá apresentar ao Coordenador de Segurança em obra ou à Fiscalização, pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes do início de atividade de um novo subempreiteiro, a sua identificação, cópia do alvará e cópia do contrato de subempreitada.

48.16. O Cocontratante deverá apresentar ao Coordenador de Segurança em obra ou à Fiscalização, pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes do início de atividade de um novo subempreiteiro, cópia da sua apólice de seguros de acidentes de trabalho.

48.17. Todos os custos relacionados com polícia, segurança, higiene e saúde no trabalho serão encargos do Cocontratante e deverão estar incluídos nos preços unitários da proposta.

#### 49. Projetos de investigação e desenvolvimento

Não se aplica a este procedimento.

### CAPÍTULO VIII: DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E PRAZO DE EXECUÇÃO

#### 50. Execução da obra e funcionamento da escola

50.1. A execução da obra decorre em paralelo com o funcionamento da escola, pelo que há necessidade de delimitar as respetivas áreas de obra e estaleiro e área das atividades escolares.

50.2. Sempre que o Cocontratante tiver de proceder à execução de trabalhos que possam limitar ou mesmo impedir o funcionamento da escola deve, previamente, solicitar autorização à Fiscalização para que esta articule a situação com a Direção da escola e desta obtenha a respetiva autorização.

50.3. Nas situações em que não possam ser realizados determinados trabalhos, como por exemplo demolições, ou outros que impliquem repercussões durante o período de atividades



escolares, devem os mesmos ser programados pelo Cocontratante de modo a poderem ser executados fora desse período, incluindo em fins de semana, sem quaisquer encargos para o Dono de Obra.

#### 51. Prazo de execução da empreitada

- 51.1. O prazo de execução da empreitada, contado a partir da data da respetiva consignação ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, é de **14 (catorze) meses**.
- 51.2. Na contagem dos prazos de execução da empreitada consideram-se incluídos todos os dias decorridos, incluindo sábados, domingos e feriados.

#### 52. Prorrogação do prazo de execução da empreitada

- 52.1. Apenas haverá lugar à prorrogação do prazo global de execução da empreitada caso o requerimento para tal, apresentado pelo Cocontratante, devidamente sustentado nos fundamentos legais em vigor, venha a ser objeto de decisão de deferimento, pelo Dono da Obra.
- 52.2. O requerimento previsto no número anterior deve ser acompanhado dos documentos que permitam estabelecer o nexo de causalidade entre os factos invocados e a prorrogação requerida, considerando sempre igualmente os trabalhos suprimidos.
- 52.3. O Dono da Obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, apreciará o requerimento, equivalendo a ausência de resposta ao indeferimento tácito, do mesmo.
- 52.4. Caso o pedido de prorrogação seja deferido pelo Dono da Obra, deverá o Cocontratante apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o plano de trabalhos e de pagamentos alterados ou reajustados, em função da prorrogação concedida e elaborados nos termos estabelecidos na cláusula 19, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento, e de quaisquer outras medidas que para o efeito o Cocontratante se proponha adotar.
- 52.5. O Dono da Obra deve pronunciar-se sobre os documentos referidos no número anterior, equivalendo o silêncio à aceitação dos mesmos.
- 52.6. Se houver lugar à execução de trabalhos complementares que, nos termos das disposições legais aplicáveis, impliquem prorrogação do prazo para a conclusão da obra, o respetivo prazo de execução será fixado nos seguintes termos:
- a) Sempre que se trate de trabalhos da mesma espécie dos definidos no contrato, proporcionalmente ao que estiver estabelecido nos prazos parcelares de execução constantes do plano de trabalhos aprovado e atendendo ao seu enquadramento geral na empreitada;
  - b) Quando os trabalhos forem de espécie diversa ou a executar em condições diferentes das que constam no contrato, considerando as particularidades técnicas da execução.
- 52.7. Quanto ao cálculo da prorrogação do prazo contratual previsto na cláusula anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 374.º do Código dos Contratos Públicos.
- 52.8. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não decorrente da própria natureza destes últimos nem imputável ao Cocontratante, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da duração efetiva da suspensão, o prazo global de execução da obra e os



prazos parcelares que, dentro do plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

### 53. Modificações objetivas do contrato

Em face de novas necessidades, ditadas por exclusivas razões de interesse público, relacionadas nomeadamente com o funcionamento escolar ou motivadas por razões alheias ao controlo do Dono da Obra, poderá o contrato ser modificado, nos termos da prévia avaliação das circunstâncias pelo Município de Ílhavo à luz das normas legais aplicáveis, nas seguintes situações e condições:

- a) Alteração do faseamento da obra, do prazo da empreitada, incluindo a antecipação do mesmo;
- b) Suspensão de uma ou mais frentes de obra, observando-se as regras legais aplicáveis quanto ao recomeço da execução da empreitada.

53.1. O contrato poderá ser modificado com base nos fundamentos legalmente previstos, designadamente em face de qualquer alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme alínea b) do artigo 312.º do CCP.

53.2. As modificações ao contrato observarão os limites previstos no artigo 313.º do CCP, devendo constar de aditamento, a celebrar entre as partes, mediante a prévia aprovação da correspondente despesa.

### 54. Incumprimento e sanções por violação dos prazos contratuais

54.1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra, por facto imutável ao Empreiteiro, o Dono da Obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ (um por mil) do preço contratual inicial.

54.2. A aplicação das sanções far-se-á, após exercício do direito de audiência prévia pelo Cocontratante, mediante a dedução do seu valor nos pagamentos da empreitada, podendo o Dono da Obra utilizar o valor das retenções da faturação ou proceder à execução das cauções prestadas, para esse efeito. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no número anterior, os custos decorrentes do incumprimento dos prazos contratuais da empreitada imputável ao Cocontratante serão da inteira responsabilidade do mesmo, sendo-lhe imputados, após o exercício do direito de audiência prévia pelo Cocontratante, mediante a dedução do seu valor nos pagamentos da empreitada, podendo o Dono da Obra utilizar o valor das retenções da faturação ou proceder à execução das cauções prestadas.

54.3. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

54.4. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária, exploradora ou responsável daquele serviço.

54.5. O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

#### 55. Prémios

Em caso algum haverá lugar à atribuição de prémios.

### CAPÍTULO IX: PREÇO BASE, REGIME DE PREÇOS DA EMPREITADA, MEDIÇÕES DOS TRABALHOS, FATURAÇÃO E PAGAMENTOS

#### 56. Preço base da empreitada

O preço base para a presente empreitada é de **€ 10.400.000,00 (dez milhões e quatrocentos mil euros)**, não incluindo o imposto sobre valor acrescentado.

#### 57. Regime de preços da empreitada e medições de trabalhos

57.1. Todos os trabalhos executados ou objeto de demolição serão medidos, mensalmente, com a presença do Diretor de Obra, representante da Fiscalização e representante do Dono de Obra.

57.2. Apenas serão objeto de faturação e pagamento os trabalhos contratualmente previstos que tenham sido, efetivamente, executados e, devidamente, medidos, bem como, os trabalhos complementares igualmente executados e medidos, desde que previamente ordenados, por escrito, pelo Dono da Obra.

57.3. Não haverá lugar ao pagamento de quaisquer trabalhos não previstos contratualmente que não tenham sido objeto de ordem de execução prévia e escrita do Dono da Obra.

57.4. Caso após a realização e medição de todos os trabalhos subsista um saldo a favor do Cocontratante, correspondente às quantidades de trabalhos que não tenham sido necessárias nem executadas para o cumprimento do projeto de execução, não há lugar a qualquer pagamento a esse título, aplicando-se apenas o disposto no artigo 381.º do CCP, caso se encontrem reunidos os pressupostos legalmente estabelecidos.

57.5. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo Dono da Obra são feitas no local da obra, com a colaboração do Cocontratante e são formalizadas em auto, atendendo ao disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

57.6. As medições são efetuadas mensalmente, tendo em conta os critérios de medição dos trabalhos estabelecidos no projeto e, na sua ausência, observar-se-ão para o efeito, pela seguinte ordem de prioridade:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o Dono da Obra e o Cocontratante.

#### 58. Faturação e pagamentos

58.1. Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, a faturação relativa aos trabalhos efetivamente realizados pode ser submetida por via eletrónica. O Município de Ílhavo, dispõe de sistema

de faturação por via eletrónica, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (E.D.I. - Electronic Data Interchange), em parceria com a entidade Saphety Level Trusted Services.

- 58.2. A fatura é emitida em nome do Município de Ílhavo (NIF 506 920 887) e deve conter, obrigatoriamente o número de requisição/compromisso e número do contrato.
- 58.3. A faturação e o pagamento ao Cocontratante dos trabalhos incluídos no contrato far-se-ão por medição, com observância do disposto nos artigos 387.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 58.4. Deve ser efetuado um auto de medição único, por natureza de trabalhos – contratuais e trabalhos complementares – com periodicidade mensal, de acordo com modelo a fornecer pelo Dono de Obra.
- 58.5. O auto de medição deve ser apresentado ao representante do Município de Ílhavo, até ao dia 25 (vinte e cinco) do mês a que se refere.
- 58.6. Com a aprovação do auto de medição pelos representantes do Dono da Obra, o Cocontratante pode emitir a fatura nos termos definidos nos pontos 58.1 e 58.2.
- 58.7. O prazo de pagamento é de 60 (sessenta) dias a contar da data da receção da fatura no sistema de receção de faturação adotado pelo Município de Ílhavo.
- 58.8. Os pagamentos ao Cocontratante de eventuais trabalhos complementares são efetuados depois da emissão da respetiva ordem de execução e celebração de Adicional ao contrato, cumpridos os trâmites estabelecidos na presente cláusula.

#### 59. Deduções nos pagamentos

Em cada uma das prestações de pagamento da empreitada ao Cocontratante serão deduzidas as seguintes importâncias:

- a) A dedução para reforço da caução, a fazer, nos termos do artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos, em cada um dos pagamentos parciais a que o Cocontratante tiver direito, será de 5% (cinco por cento). Esta dedução pode, a todo o tempo, ser substituída nos termos do n.º 2 do artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) As importâncias devidas à Segurança Social nos termos da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, se aplicável;
- c) As quantias referentes a trabalho extraordinário da Fiscalização realizado por necessidade ou por responsabilidade do Cocontratante, se aplicável;
- d) As sanções aplicadas nos termos da cláusula 54, se aplicável;
- e) Todas as demais quantias que sejam, contratual ou legalmente exigíveis.

#### 60. Mora no pagamento

Em caso de atraso da Entidade Contratante no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o Cocontratante direito a juros de mora nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 61. Revisão de preços do contrato

- 61.1. Só há lugar à revisão de preços, como consequência de variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-de-obra, equipamentos de apoio ou de materiais durante a execução da empreitada, desde que se verifiquem as condições legalmente estabelecidas.

- 61.2. A revisão de preços será regulada pelas disposições do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, em tudo quanto não estiver especialmente regulado neste caderno de encargos, segundo a modalidade de “fórmula”.
- 61.3. A fórmula de revisão de preços a aplicar nos termos do número anterior é a F06 – “Reabilitação Média de Edifícios”, constante no anexo ao Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de janeiro, não sendo admissível a apresentação de outras fórmulas alternativas pelos Concorrentes.
- 61.4. Os índices são os publicados no Diário da República – II Série.
- 61.5. As revisões serão calculadas pelo Cocontratante, que apresenta, periodicamente, de acordo com o plano de pagamentos aprovado e em vigor, requerimento acompanhado com os respetivos cálculos, o qual será enviado para o Dono de Obra com o conhecimento da Fiscalização para prévia verificação desta.
- 61.6. O Dono de Obra dispõe de 60 (sessenta) dias para se pronunciar sobre os cálculos propostos pelo Empreiteiro, apresentando contraproposta, se for o caso.
- 61.7. Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, enquanto não se chegar a acordo sobre o valor de revisão de preços, os pagamentos serão efetuados com base na contraposta do Município de Ílhavo.
- 61.8. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada serão objeto de auto e faturação específico.
- 61.9. Após aprovação ou apresentação de contraproposta pelo Dono da Obra, as revisões de preços são pagas no prazo de 60 (sessenta) dias.

## 62. Adiantamentos ao cocontratante

- 62.1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
- 62.2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
- 62.3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
- 62.4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

## CAPÍTULO X: DIREÇÃO DE OBRA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLO

### 63. Direção de obra e representante do Empreiteiro

- 63.1. O Cocontratante obriga-se, sob reserva de aceitação pelo Dono da Obra, a nomear um técnico para a função de Diretor de Obra, nos termos do n.º 2 do artigo 344.º do Código dos

Contratos Públicos e da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.

- 63.2. O Diretor de Obra deve possuir no mínimo os requisitos estabelecidos no Quadro n.º 1 do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, consoante a classe de obra correspondente ao valor da proposta, bem como o tipo de trabalhos envolvidos.
- 63.3. O Diretor de Obra deve acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra.
- 63.4. O Cocontratante ou um seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Diretor da Fiscalização, pela execução dos trabalhos.
- 63.5. O Diretor de Obra terá as responsabilidades e deveres enunciados no artigo 14.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
- 63.6. Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, os técnicos e pessoas a quem esta lei é aplicável, são responsáveis pelo ressarcimento dos danos causados a terceiros decorrentes da violação culposa, por ação ou omissão, de deveres no exercício da sua atividade, sem prejuízo da responsabilidade criminal, contraordenacional, disciplinar ou outra que exista, respondendo ainda, independentemente de culpa sua, pelos danos causados pelos seus representantes, mandatários, agentes, funcionários ou por quaisquer outras entidades que com eles colaborem na sua atuação.
- 63.7. O Cocontratante designará um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na cláusula 17.

#### 64. Representantes da fiscalização

- 64.1. A Fiscalização da obra será exercida por entidade a indicar pelo Dono da Obra, a qual respeitará os requisitos vertidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
- 64.2. O Dono da Obra indicará o Cocontratante da identidade dos representantes que venha a designar para a Fiscalização local dos trabalhos, bem como do Diretor de Fiscalização da obra, que terá as funções previstas na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
- 64.3. A obra e o Cocontratante ficam também sujeitos à fiscalização que, nos termos da lei, incumba a outras entidades.

#### 65. Custo da fiscalização

- 65.1. O Cocontratante será sempre responsável pelo pagamento dos acréscimos de custo das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da Fiscalização, quando, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, ainda que o tenha previsto na proposta apresentada a concurso, devendo dar conhecimento prévio à Fiscalização, que, por sua vez, informará o Município de Ílhavo, para aprovação.
- 65.2. Caso pretenda ampliar os períodos de trabalho, o Cocontratante deve apresentar proposta com novo horário de trabalho, para apreciação pelo Dono da Obra.
- 65.3. Compete igualmente ao Cocontratante suportar os custos da Fiscalização para acompanhamento dos trabalhos de correção de deficiências ou trabalhos em falta, após a vistoria para efeitos de receção provisória e durante o período de garantia.
- 65.4. Os custos a suportar pelo Cocontratante, ser-lhe-ão imputados, mensalmente através de dedução nos respetivos pagamentos, tendo em conta o valor hora da equipa de Fiscalização, constante do contrato celebrado com a mesma e respetivos acréscimos legais. O Município de Ílhavo, por sua vez, efetuará o pagamento ao prestador de serviços da Fiscalização.

#### 66. Livro de registo da obra

- 66.1. O Cocontratante deverá organizar e manter um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pela Fiscalização, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos, e ficará ao cuidado do Empreiteiro que o deverá apresentar sempre que solicitado.
- 66.2. O livro de registo de obra deve obedecer ao modelo, requisitos e conteúdo fixados na Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro, incluindo as disposições relativas ao livro de obra eletrónico, nele devendo ser registados todos os acontecimentos previstos na referida Portaria.
- 66.3. O referido livro de registo da obra encontrar-se-á, sempre, à disposição da Fiscalização, de qualquer outro representante do Dono da Obra, dos Projetistas, bem como de outras entidades com poderes de fiscalização da obra.
- 66.4. No registo do livro da obra consignar-se-ão todos os factos relevantes relativos à execução da obra, nomeadamente qualquer inspeção, vistoria, anotação, reclamação ou incidente, relacionados com a execução da obra.
- 66.5. Efetuada a receção provisória da obra o livro de registos passará para a posse do Dono da Obra, sem prejuízo de poder ser consultado, a todo o momento, pelo Cocontratante.

#### 67. Reuniões de obra

- 67.1. Na primeira reunião de obra deve ser estabelecida a calendarização das reuniões de obra correntes, com uma periodicidade mínima semanal.
- 67.2. As reuniões de obra, correntes ou extraordinárias, devem contar sempre com a presença do Diretor de Obra e do Responsável SHST, sem prejuízo de outras representações julgadas convenientes pelos representantes do Dono da Obra.
- 67.3. Das reuniões será lavrada a competente ata subscrita por todos os presentes.

## CAPÍTULO XI: RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

### 68. Compilação técnica

- 68.1. A compilação técnica (CT) consiste num conjunto de elementos que regularão a utilização e manutenção da obra após concluída, em condições de segurança, bem como permitirá delinear procedimentos de segurança para obras de beneficiação, de alteração, de ampliação ou ainda de demolição.
- 68.2. A compilação técnica deverá ainda munir o Dono da Obra dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de trabalhos de ampliação e/ou remodelação em condições de segurança, integrando assim o conjunto de especificações para futuras empreitadas.
- 68.3. O Empreiteiro obriga-se a elaborar as telas finais da arquitetura e das diversas especialidades da obra realizada, até à data da receção provisória.
- 68.4. O Empreiteiro obriga-se a entregar ao Dono da Obra 2 (dois) exemplares em suporte digital, em formato compatível com os programas utilizados pelo DO e Fiscalização. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: dwg e dxf, estes últimos devidamente assinados digitalmente.
- 68.5. Em caso de incumprimento, o Dono da Obra poderá mandar elaborar as telas finais da obra realizada, a expensas do Empreiteiro.
- 68.6. Os encargos com a elaboração das telas finais e dos restantes elementos da compilação técnica são da responsabilidade do Empreiteiro, devendo ser incluídos nos preços unitários da proposta caso não existam artigos específicos no mapa de quantidades de trabalhos.
- 68.7. Em caso de incumprimento, o Dono da Obra poderá mandar elaborar os elementos da compilação técnica da obra realizada, a expensas do Empreiteiro.

### 69. Receção provisória

- 69.1. Logo que a obra esteja concluída, proceder-se-á, a pedido do Cocontratante ou por iniciativa do Dono da Obra, à sua vistoria para o efeito da receção provisória, nos termos dos artigos 394.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
- 69.2. Verificando-se pela vistoria realizada, que no todo, ou em parte, as condições contratuais não foram cumpridas, e/ou se detetem vários defeitos incompatíveis com a entrada em funcionamento da obra, será lavrado auto de não receção.
- 69.3. Caso as anomalias referidas no auto de vistoria não sejam corrigidas no prazo estipulado, o Dono da Obra promoverá a sua correção pelo método mais conveniente, sendo os encargos daí resultantes, deduzidos das quantias ainda em dívida, ao Cocontratante, ou da caução.
- 69.4. A aprovação pelo Dono da Obra ou pela Fiscalização das telas finais e dos restantes elementos da compilação técnica constituirá condição necessária para a efetivação da receção provisória da empreitada.

### 70. Prazo de garantia

- 70.1. O prazo de garantia de todos os trabalhos que constituem a empreitada varia de acordo com o disposto no artigo 397.º do Código dos Contratos Públicos, sendo que o mesmo se inicia na data da assinatura do auto de receção provisória.
- 70.2. A garantia de obra abrangerá todos os equipamentos que sejam objeto de intervenção no âmbito da presente empreitada, devendo para o efeito o Cocontratante promover os ensaios



considerados necessários a assegurar o equilíbrio de todo o sistema, iniciando-se o prazo de garantia de todos os equipamentos, incluindo as partes executadas no âmbito da anterior empreitada, pelo período legalmente previsto, após a receção provisória dos mesmos.

- 70.3. Findo o período de garantia, deverá o Cocontratante requerer a realização de vistoria para efeitos de receção definitiva da obra ou de cada uma das partes, nos termos do disposto no artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos.

#### 71. Obrigações do Cocontratante durante o prazo de garantia

- 71.1. Durante o prazo de garantia, o Cocontratante é o único responsável pela boa execução dos trabalhos a seu cargo, e nomeadamente pelo bom comportamento dos materiais e equipamentos.
- 71.2. Durante o prazo de garantia, o Cocontratante é obrigado a fazer, imediatamente e à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra nas condições previstas.
- 71.3. Quaisquer trabalhos a executar durante o prazo de garantia deverão ser iniciados imediatamente após a notificação do Dono da Obra, e estarem terminados no prazo indicado na notificação, sob pena do Dono da Obra mandar executar os trabalhos em causa, por conta e risco do Cocontratante, notificando-o para proceder ao respetivo pagamento ou, caso não o faça, descontando os inerentes encargos no depósito de garantia ou proceder à execução das cauções existentes.
- 71.4. As vistorias para efeitos de receção definitiva, apenas têm como efeito a receção definitiva das partes da obra em questão, não se repercutindo na liberação da caução, regulada no artigo 295.º do CCP.

#### 72. Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

- 72.1. Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.
- 72.2. Nos contratos em que haja obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente obrigações de garantia, sujeitas a um prazo igual ou inferior a três anos, o contraente público deve promover a liberação integral da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no prazo de 30 dias após o termo do respetivo prazo.
- 72.3. Nos contratos em que haja obrigações de correção de defeitos pelo cocontratante, designadamente obrigações de garantia, sujeitas a um prazo superior a três anos, o contraente público promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:
- a) No final do primeiro ano, 30% do valor da caução;
  - b) No final do segundo ano, 30% do valor da caução;
  - c) No final do terceiro ano, 15% do valor da caução;
  - d) No final do quarto ano, 15% do valor da caução;
  - e) No final do quinto ano, os 10% restantes.
- 72.4. No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução prevista no número anterior é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.



### 73. Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante

- 73.1. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das obrigações contratuais, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Município de Ílhavo, pode notificar o Cocontratante para que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que o Município de Ílhavo indicar no cumprimento do artigo 318.º-A do CCP.
- 73.2. Os direitos e obrigações do Cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação referida no número anterior transmitem-se, automaticamente, para o cessionário na data da produção de efeitos daquele ato.

## ANEXO I

### Termo de Confidencialidade

#### COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

No âmbito do contrato n.º .....<sup>1</sup> de .....<sup>2</sup> celebrado entre o Município de Ílhavo, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados, e o Cocontratante .....<sup>3</sup>, na qualidade de Subcontratante, o(a) trabalhador(a).....<sup>4</sup>, vinculado(a) a este por contrato individual de trabalho, exercendo a função de .....<sup>5</sup>, obriga-se, durante a vigência daquele contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, copiar, reproduzir, alterar, apagar, transferir, divulgar, utilizar, discutir ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros, todas e quaisquer informações relativas aos dados pessoais a que terá ou teve acesso no decorrer da atividade de tratamento dos mesmos, nos termos estritos do Regulamento Geral de Proteção de Dados e legislação conexa, por força do referido contrato.

O(A) signatário(a) obriga-se a fazer o tratamento dos dados pessoais a que terá acesso, na aceção do ponto 2) do art. 4.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, em estrita observância das instruções do Município de Ílhavo e em cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados, comprometendo-se, ainda, a não transmitir, por qualquer forma, as *passwords* de que seja detentor para efeitos de tratamento de dados.

Exclui-se do dever de sigilo e confidencialidade a informação e a documentação que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, sendo que, neste caso, a obrigação de sigilo só é afastada 5 (cinco) dias úteis após ter sido remetido à CONSTRUÇÃO PÚBLICA, E.P.E. o documento que exige o levantamento do dever de sigilo e a respetiva fundamentação legal.

.....<sup>6</sup>, .....<sup>7</sup>

8

(.....<sup>9</sup>)

1 Referência do contrato

2 Designação do contrato

3 Designação do Cocontratante

4 Nome completo do trabalhador

5 Categoria / especialidade profissional / função exercida

6 Local

7 Data

8 Assinatura Legível ou Assinatura Digital do trabalhador

9 Nome completo do trabalhador, caso a assinatura seja digital, esta fica dispensada